



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 43/2023, em que é recorrente **Jorge Lima Delgado Lopes** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 186/2023

(Autos de Amparo 43/2023, Jorge Lima Delgado Lopes v. STJ, Aperfeiçoamento por obscuridade na indicação de condutas impugnadas, imprecisão na indicação de parâmetro decisório e falta de junção de documentos essenciais à aferição da admissibilidade do recurso)

I. Relatório

1. O Senhor Jorge Lima Delgado Lopes, interpôs recurso de amparo impugnando o Acórdão 34/2021, de 25 de novembro e o Acórdão 85/2023, de 23 de outubro, ambos do Supremo Tribunal de Justiça, arrolando, com esse intuito, fundamentos que se pode sintetizar do seguinte modo:

1.1. Quanto à admissibilidade:

1.1.1. Considerando que o prazo para apresentação do recurso de amparo cessaria no dia 06 de dezembro de 2023, e que tinha sido notificado do Acórdão 85/2023 do STJ no dia 08 de novembro, a tempestividade seria evidente;

1.1.2. Na sua perceção foram esgotadas todas as vias de recurso ordinário previstas nas leis do processo em que se verifica a violação dos direitos e garantias do recorrente;

1.1.3. A sua legitimidade estaria assegurada por ser parte do processo principal, em contexto no qual o seu direito à segurança social, constitucionalmente tutelado, estaria indubitavelmente em crise.

1.2. No essencial, o recorrente assevera que:

1.2.1. Estariam preenchidos todos os requisitos estabelecidos legalmente, mormente os respeitantes ao tempo de serviço prestado ao Estado de Cabo Verde e à idade para a requisição da sua aposentação ordinária;

1.2.2. Inconformado com a decisão, definitiva e executória, vertida para despacho de número 1.225/2017, de 27 de junho de 2017, emitido pela Diretora de Serviço de Segurança Social (DSSS), que o desvincula de serviço para efeitos de aposentação, e fixaria o montante da pensão anual no valor de 2.363.892\$00 (dois milhões trezentos e sessenta e três mil oitocentos e noventa e dois escudos), recorreu para o STJ;

1.2.3. Junto deste órgão judicial apelou à anulação e retificação da decisão supramencionada no sentido de se ordenar ao órgão da administração competente que alterasse a determinação da sua pensão de aposentação para valor de 5.176.404\$00 (cinco milhões cento e setenta e seis mil quatrocentos e quatro escudos), devendo, ainda, a entidade recorrida no processo principal ser ordenada a pagar-lhe a diferença entre os montantes incorretamente pagos desde a sua aposentação e os montantes devidos;

1.2.4. Da decisão do *Acórdão 34/2021, de 25 de novembro*, proferido pelo STJ, que, embora tenha julgado procedente o recurso, anulado o ato impugnado e determinado que a Administração proceda à determinação da pensão unificada, aplicando-se as normas do último regime que são da Função Pública, julga improcedente o recurso atinente à pretendida aplicação do número 1 do artigo 36 do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (doravante EAPS), reclamou;

1.2.5. O pedido de aclaração, no sentido de reparação, culminou com a proferição do *Acórdão 85/2023*, que, no seu entender, foi mais prejudicial em relação à sua pretensão, ao pugnar não só pela inaplicabilidade das normas do artigo 35, como também do 36 do EAPS;

1.2.6. Alega que este acórdão fez tábua rasa do aresto precedente;

1.2.7. Discorreu longamente sobre os dez últimos anos da sua carreira profissional, mormente sobre as funções que desempenhou, o regime que lhe foi aplicado durante este período, entre outras questões que julgou pertinente trazer à colação;

1.3. Do ponto de vista do Direito,

1.3.1. Refuta os argumentos do STJ quando este sublinha que o pressuposto de aplicação tanto do artigo 36, número 1, como do artigo 35 do EAPS, é que tenha havido exercício de cargos sempre no seio da Função Pública;

1.3.2. Reitera que o que estaria em causa nos presentes autos seria, “por um lado, a exclusão injusta da aplicação do artigo 36 do EAPS, e, por outro, a divergência quanto à aplicação das regras de cálculo para a determinação do justo valor da pensão de aposentação a que julga ter direito, nos termos da lei”;

1.3.3. Feita esta ressalva, o recorrente tece extensas considerações quanto à pensão unificada, enfatizando os atropelos da DSSS e do Acórdão do STJ que, embora lhe reconheçam a aplicabilidade do regime de pensão unificada, fazem-no de forma equivocada;

1.3.4. Aproveita para ilustrar, minuciosamente, o cálculo da pensão de aposentação;

1.3.5. Faz menção ao parecer do Ministério Público que expressaria entendimento de que a pensão unificada foi instituída com vista à aproximação do regime geral da providência social e do regime de proteção social da função pública, no sentido da convergência dos dois sistemas;

1.4. Conclui que:

1.4.1. Sendo o último regime para o qual o requerente descontou, o regime da função pública, provando que a média das remunerações auferidas nos últimos dez anos foram superiores ao do último cargo, não haveria razão para justificar porque o cálculo da pensão não foi feito com base na média das remunerações do decénio, conforme critério previsto no artigo 36 do EAPS;

1.4.2. Em suma, além da ilegalidade resultante da preterição da aplicação do disposto no artigo 36 do EAPS, o despacho e os Acórdãos recorridos violariam o disposto nos n.ºs 2 a 6 do artigo 81 da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho, revogado; o estipulado no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 1/2013, de 4 de Janeiro, bem como o previsto nos artigos 36 e 37 do EAPS;

1.4.3. Resultariam, igualmente, violados os direitos e garantias constitucionais do recorrente, ferindo-se as disposições constitucionais vertidas nomeadamente para os artigos 2.º, 70 e 245, alínea e), da Constituição.

1.5. Reitera os argumentos apresentados, rogando que se:

1.5.1. Anule os Acórdãos do STJ e se declare a nulidade do despacho da DSSS;

1.5.2. Ordene à Administração da Segurança Social da Função Pública que substitua o referido despacho por outro que aplique as regras de cálculo da atribuição da pensão do último regime e que se efetue o pagamento do valor da pensão mensal de aposentação devida e a diferença entre este montante e os que incorretamente lhe foram pagos, acrescidos dos juros legais vencidos e vincendos até integral pagamento;

1.5.3. Por fim requer que seja solicitada ao STJ a remessa dos Autos de Recurso Contencioso Administrativo 16/2017, para apensação.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei N. 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão do parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Encontrar-se-iam preenchidos os pressupostos para admissão do recurso de amparo;

2.2. Porquanto,

2.2.1. A tempestividade seria evidente;

2.2.2. Ter-se-á cumprido as disposições dos artigos 7º e 8º da Lei de Amparo;

2.2.3. O requerente teria legitimidade para recorrer, estariam esgotadas todas as vias ordinárias de recurso previstas na lei do processo, os direitos que se invocam seriam passíveis de amparo; e

2.2.4. Não constaria que esta Corte tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual;

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 15 de dezembro, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados infra.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, argüivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”),

desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou

restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição;

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem

grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para ampargos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários ampargos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação;

2.3.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e ampargos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juizes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e ampargos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão;

2.3.5. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de

um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrou um segmento conclusivo, cumprindo integralmente as exigências formais e de estruturação do requerimento previstas pela Lei do Amparo;

3. Porém, verifica-se que, apesar da tentativa do recorrente de submeter documentos, não foram carreados para os autos, alguns elementos que, sendo essenciais, condicionam, ao ponto de inviabilização, a aferição de admissibilidade do recurso.

3.1. O recorrente para ultrapassar esta situação sugere em jeito de pedido que “seja solicitada ao STJ a remessa dos Autos de Recurso Contencioso Administrativo N. 16/2017, para apensação”.

3.1.1. Ocorre que essa solicitação não pode ser satisfeita, pois a Lei do Amparo e do *Habeas Data* é autossuficiente nesta matéria, cabendo, à luz do artigo 8, número 3, ao recorrente obter e juntar os documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido. Sob pena de inadmissão do recurso deverá fazê-lo com a petição inicial ou instado por acórdão de aperfeiçoamento do Tribunal Constitucional até ao termo do prazo previsto pela própria lei.

3.1.2. O recorrente tem um prazo judicial de vinte dias para interpor um recurso de amparo, o qual registe-se, não sobe nos autos. Logo, possui tempo suficiente para requerer todos os elementos que julgue que o Tribunal Constitucional deva considerar ou para juntar toda a documentação que entender necessária para efeitos de apreciação do amparo. Sendo ele o principal interessado na obtenção da tutela não caberá certamente a este Tribunal fazê-lo em seu nome, sobretudo considerando que, na maior parte dos casos, são documentos que tem ou deveria ter na sua posse;

3.1.3. E, com efeito, a não junção de documentos pertinentes à aferição de admissibilidade, além de dificultar um pronunciamento informado do Ministério Público, a esse respeito, priva o Tribunal Constitucional de aceder a elementos indispensáveis para promover esse juízo, nomeadamente porque não se trata de recurso que suba nos autos. Por essa razão, integram o recurso de amparo todos os documentos necessários à aferição de admissibilidade, de tal sorte que ele seja autossuficiente no sentido de o Tribunal Constitucional poder decidir sobre a admissibilidade com base exclusiva naquilo que for autuado. Ademais, o recurso de amparo é um recurso célere, que não se compadece com

a necessidade sistemática de esta Corte requisitar autos ou certidões de peças processuais aos tribunais judiciais, perdendo tempo e onerando desnecessariamente esses órgãos de soberania, para obter peças que já estão na posse dos recorrentes, os principais interessados, e que devem obrigatoriamente acompanhá-lo. Por conseguinte, quem deve carrear para os autos as peças que sejam necessárias à aferição de admissibilidade são os próprios recorrentes, sendo exigência incontornável que, no mínimo, e desde o momento da interposição, juntem cópias das peças que protocolaram ou que lhes foram notificadas, nomeadamente, a decisão recorrida, a certidão de notificação, as decisões proferidas pelos órgãos judiciais e que contenham os atos ou omissões que julguem terem violado os seus direitos, os pedidos de reparação que tenham apresentado e o mandato forense que habilita a representação;

3.1.4. Neste caso concreto, não se tem acesso a documentos que ocupam posição central na sua narrativa como o despacho administrativo impugnado da DSSS de N. 1225/2017, de 27 de junho, e o recurso contencioso administrativo que impetrou do qual resulta um dos acórdãos que impugna;

3.1.5. Sendo assim, é importante que carrie para os autos esses documentos.

4. Além disso, a identificação das condutas impugnadas, correspondente a atos e/ou omissões lesivos de direito, liberdade e garantia não é das mais claras, faltando notoriamente alguns dos seus elementos constitutivos das fórmulas utilizadas.

4.1. Até onde o Tribunal Constitucional conseguiu apurar o que diz é que “está em causa nos presentes autos é, por um lado, a exclusão injusta da aplicação do artigo 36º do EASP ao recorrente, e, por outro, a divergência quanto à aplicação das regras de cálculo para a determinação do justo valor de aposentação a que o requerente julga ter direito, nos termos da lei”.

4.2. Porém, as condutas parecem insuficientemente formuladas, pois desprovidas de elementos que desafiem a interpretação concreta promovida pelo órgão judicial recorrido e que o recorrente considera lesivo de direitos, liberdades e garantias. Não bastando dizer que não se aplicou uma norma determinada, mas explicitar claramente as razões jurídicas invocadas pelo tribunal para sustentar tal decisão; ou que há uma

divergência em relação ao cálculo sem se explicitar na fórmula impugnatória no que ela reside especificamente.

4.3. Além disso, não fica absolutamente cristalino a que aresto arrolado atribui cada conduta impugnada, convindo proceder à devida identificação quando as indicar de forma mais completa e precisa.

5. Em relação aos parâmetros indicados,

5.1. Sendo certo que não deixa margem para qualquer dúvida que entende ter sido vulnerada posição jurídica associada ao direito à segurança social,

5.2. Em relação ao, genericamente identificado, artigo 245, alínea e), da Lei Fundamental, não é muito evidente o direito atingido pela conduta, nem o modo como o foi; exigindo-se, neste particular, uma maior precisão argumentativa para se entender o alcance da alegação.

6. Inexistindo condições para a aferição da admissibilidade do pedido, para que a instância prossiga, torna-se indispensável determinar o aperfeiçoamento da peça no sentido de o recorrente indicar de forma clara e completa as condutas do STJ que pretende impugnar, explicitando o(s) ato(s) judicial(is) que a(s) empreendeu(ram) respetivamente; desenvolver o modo como elas vulneram o artigo 245, alínea e), cuidando de apontar claramente o(s) direito(s) nele previsto(s) que terá(ão) sido violado(s) e o modo como a(s) conduta(s) o(s) atinge(m) especificamente; carrear para os autos o despacho administrativo impugnado da DSSS de N. 1225/2017, de 27 de junho, e o recurso contencioso administrativo interposto.

III. Decisão

Pelo exposto, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional decidem determinar a notificação do recorrente para, sem a necessidade de reproduzir toda a peça:

a) Indicar de forma clara e completa a(s) conduta(s) do STJ que pretende impugnar, explicitando o(s) ato(s) judicial(is) que a(s) empreendeu(ram) respetivamente;

b) Desenvolver o modo como elas vulneram o artigo 245, alínea e), cuidando de apontar claramente o(s) direito(s) nele previsto(s) que terá(ão) sido violado(s) e o modo como a(s) conduta(s) o(s) atinge(m) especificamente;

c) Carrear para os autos o despacho administrativo impugnado da DSSS de N. 1225/2017, de 27 de junho, e o recurso contencioso administrativo interposto.

Registe, notifique e publique.

Praia, 20 de dezembro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 20 de dezembro de 2023.

O Secretário,

João Borges